

23 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA



INFORME FOLHA

Vê-se o enorme descompasso existente entre os veículos destinados ao primeiro grau e os veículos que atendem aos desembargadores do TJ^{PR}

Carros do TJ

Por unanimidade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a compra de 90 veículos Renault Fluence – ao custo de R\$ 50 mil cada um – pelo Tribunal de Justiça do Paraná em 2011. Porém, seguindo o voto do relator, ministro Fabiano Silveira, os conselheiros fizeram determinações ao TJ do Paraná para que, em compras futuras, respeite a proporcionalidade de veículos disponíveis para o tribunal e para juízes de primeira instância. O relator apontou que como a licitação já foi concluída e não houve ilegalidades, não é possível ao CNJ anular a compra.

'Enorme descompasso'

Segundo o voto, a última aquisição de veículos para o primeiro grau ocorreu em 2011 – apenas 15 carros foram destinados às 160 comarcas. No mesmo ano, o TJ adquiriu mais 105 veículos Renault Fluence e no ano seguinte cinco caminhonetes Toyota Hilux pelo preço de R\$ 175 mil cada uma e todos ficaram com o tribunal. “Vê-se o enorme descompasso existente entre os veículos destinados ao primeiro grau e os veículos que atendem aos desembargadores do TJ – 105 (mais 5 Hilux) contra apenas 23 para o primeiro grau. São 120 Desembargadores e 160 Comarcas”, criticou.

23 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Pais cometem metade dos crimes contra crianças

Pai e mãe cometem metade dos crimes contra crianças

Marian Trigueiros

Reportagem Local

Londrina - Levantamento com dados de 83% dos conselhos tutelares do País revela que pais e mães são responsáveis por metade dos casos de violações aos direitos das crianças e adolescentes, como maus-tratos, agressões, abandono e negligência. Os números foram retirados do Sistema de Informações para a Infância e Juventude, do governo federal, e apontam que, desde 2009, dos 229.508 casos registrados, 119.002 tiveram os pais como autores - mães (73.392) e pais (45.610). O levantamento mostra também que os responsáveis legais foram autores de 4.403 casos, padrastos tiveram autoria em 5.224 casos e madrastas foram responsáveis em 991.

Vice-presidente do Conselho Tutelar da Região Sul de Londrina, Verônica Sabino Santos, diz que não há estatísticas na regional, mas que a violência tem várias facetas e origens: sexual, negligência, álcool, drogas, agressão física. "As notificações de violência aos direitos contra as crianças e adolescentes chegam das escolas, dos postos de saúde e até mesmo da família. Essa primeira notificação é importante para iniciarmos o trabalho de acompanhamento dessa família.



"Quando a convivência familiar não é mais possível, a criança vai para o acolhimento institucional", explica a promotora Yara Guariente

Por isso precisamos saber exatamente qual é o problema para darmos o melhor direcionamento", explicou. Geralmente, a família é encaminhada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

Em Londrina, segundo a coordenadora do Creas 3, Adriana dos Santos, a violência sexual corresponde a 60% dos casos que chegam à unidade, seguido da violência física e psicológica. "No Brasil, temos a violência como forma de comunicação. E dentro de casa não é diferente. Ainda não conseguimos romper com o poder central de autoritarismo", explicou. Segundo ela, a situação acontece em todas as classes sociais, no entanto, fica mais evidente nas mais pobres.

Adriana ressalta, no entanto, que em qualquer circunstância a violência deve ser notificada ao Conselho Tute-

lar. "Deve haver uma mudança de comportamento e sensibilização da sociedade em relação à vida, sobretudo da criança. A violência é crime e não deve ser admitida. A falta de notificação também implica em omissão e responsabilização", alerta.

A promotora da Vara da Infância e Juventude, Yara Faletiros Guariente, explica que nos casos em que o Creas não consegue intervir na proteção da criança, o Ministério Público (MP) entra em cena.

CONTINUA

23 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

“Sempre partimos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que prevê a convivência familiar, mas, quando isso não é mais possível e nem mesmo os parentes podem dar amparo, a criança vai para o acolhimento institucional. Essa não é nossa primeira alternativa, mas, muitas vezes, é nossa única alternativa. E os pais devem ser responsabilizados criminalmente por isso”, destacou. Atualmente, 146 crianças e adolescentes estão abrigadas - 37 delas já estão aptas para adoção.

Para Ariel de Castro Alves, advogado membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca) e fundador da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), esses dados são assustadores porque as situações de risco à criança são criadas pelas pessoas em quem elas mais confiam e das quais dependem para sobreviver. Alves cita como exemplo o caso recente do menino Bernardo Uglione Boldrini, de 11 anos, assassinado em Três Passos (RS), no qual o próprio pai e a madrasta estão entre os principais suspeitos. Uma das motivações teria sido uma herança, além de uma pensão. (Com Agência Brasil)

23 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Violência contra crianças

O recente assassinato do garoto Bernardo Uglione Boldrini, de apenas 11 anos, chocou o País. Uma criança que havia perdido a mãe há quatro anos e que vivia em busca de atenção e afeto do pai. Queria ter uma família que cuidasse dele, mas acabou morto, segundo a polícia pela madrasta, uma amiga dela e pelo pai. Se casos extremos como esse causam comoção, é importante que a sociedade saiba que a violência contra crianças e adolescentes tem se tornado recorrente.

Levantamento divulgado pelo governo com base em informações de 83% dos conselhos tutelares do País revela que pais e mães são responsáveis por metade dos casos de violações aos direitos das crianças e adolescentes, como maus-tratos, agressões, abandono e negligência. Desde 2009, dos 229.508 casos registrados, 119.002 tiveram os pais como autores, divididos entre mães (73.392), pais (45.610), responsáveis legais (4.403), padastros (5.224) e madrastas (991).

O quadro é preocupante porque mostra que os principais autores da violência são pessoas da confiança da criança que, ao menos em tese, deveriam protegê-la. Importante frisar que se hoje as pessoas têm mais informação ao denunciar crimes como esses, muitos outros ainda continuam no escuro. São fatos que deixam sequelas irreversíveis em toda a sociedade. Crianças vítimas de violência tendem a reproduzir esse tipo de comportamento quando adultas, além de carregar feridas que podem não se fechar nunca.

Por isso, é importante o desenvolvimento de políticas públicas que sejam baseadas no tripé educação, prevenção e punição. A educação dará resultados somente a longo prazo, mas é a solução mais efetiva. Já a prevenção virá com a melhora da educação da população e seu nível de conscientização. E punição é a resposta mais rápida da sociedade de que crimes como esses não continuarão impunes.

23 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Aberto prazo para emendas à LDO

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Os deputados estaduais terão até as 18 horas do dia 20 de maio para apresentar emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. O prazo foi aberto ontem, pelo relator da Comissão de Orçamento, Elio Rusch (DEM). Em seguida, com as alterações já analisadas, a proposta deve ser votada em plenário. Conforme a Constituição Estadual, os parlamentares só podem entrar em recesso, no dia 17 de julho, após a apreciação da LDO.

Encaminhada à AL na terça-feira passada, a matéria define de maneira genérica as políticas públicas que serão implementadas no próximo ano. O detalhamento dos recursos, contudo, será feito somente no segundo semestre, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). O texto atual estima em R\$ 39,8 bilhões as receitas do Estado, um crescimento de 11% em relação a 2014, quando foram previstos R\$ 35,5 bilhões.

O projeto manteve os percentuais destinados a cada órgão da administração: 3,1% à AL; 1,9% ao Tribunal de Contas (TC); 9,5% ao Tribunal de Justiça (TJ) e 4,1% ao Ministério Público (MP).

Por outro lado, aumentou a previsão de verba da Defensoria Pública, de R\$ 47 milhões para “até R\$ 180 milhões”. Caso o valor total seja de fato investido no órgão, o que não há garantia, o acréscimo seria de 283%. Além disso, estão previstos R\$ 7,5 bilhões para os municípios, sendo o restante aplicado no próprio Executivo estadual.

“O governo está projetando um incremento na receita corrente líquida, o que mostra que está muito otimista em relação ao crescimento econômico do Paraná”, disse Rusch. De acordo com ele, a expectativa é que os gastos com pessoal também sejam reduzidos. Na prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2013, a gestão tucana informou que comprometeu 47,23% da sua receita corrente líquida para pagar o funcionalismo. “Estamos prevendo, em números redondos, 45%”, contou.

23 ABR 2014

METRO

Justiça determina que médico ferido por um paciente seja indenizado

Caso de 2007. Município de Campo Magro e entidade terão de pagar R\$ 20 mil por danos morais a um psiquiatra ferido a faca enquanto realizava consulta no CAPS

Um psiquiatra ferido a faca por um paciente terá de ser indenizado pelo município de Campo Magro e pela Sodhebras (Sociedade Civil de Desenvolvimento Humano e Socioeconômico do Brasil) em R\$ 20 mil, por danos morais, e receberá pagamento de pensão mensal equivalente a 7% do salário do médico, devido à incapacidade gerada pelo acidente. A decisão é do TRT-PR (Tribunal Regional do Trabalho) e cabe recurso.

O médico foi agredido quando realizava um atendimento no Caps (Centro de Atenção Psicossocial de Campo Magro), no ano de 2007. Segundo o TRT-PR, o paciente com doença mental golpeou o profissional por várias vezes, ocasionando graves lesões na região do abdômen, nas mãos e em uma orelha.

Na época, o médico recorreu à Justiça “pedindo indenização correspondente a cinco prestações de auxílio-doença, que não recebeu à época, indenização por danos morais e pensão vitalícia na proporção da incapacidade gerada pelo acidente”, diz o tribunal.


Argumentos

Na ação, o TRT-PR aponta que a Sodhebras “alegou que nada poderia ter feito para evitar o ataque, pois não seria viável a presença de um segurança na sala de consultas”, o que implicaria em quebra do sigilo da relação entre médico e paciente. Já para o município, coloca o tribunal, “o

acidente foi um infortúnio, não cabendo culpa nem à prefeitura nem à Sodhebras”.

No entanto, os desembargadores argumentam que era responsabilidade de ambos promover a segurança dos profissionais, “pois estão expostos a perigos e riscos incomuns, porquanto lidam com pessoas mais suscetíveis a crises repentinas, surtos, alucinações, com consequências imprevisíveis”.

Para o TRT-PR, “não haveria impedimento para colocar um profissional de segurança próximo às salas de atendimento”, onde também a empresa poderia instalar um botão de pânico. Na outra ponta, o município “teve participação na culpa (...) por não ter observado as falhas de segurança”.

O relator do acórdão foi o desembargador Luiz Celso Napp. 

23 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Conselho mantém decisão do TJMG em concurso para remoção em cartórios

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manteve o resultado do concurso público promovido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em 2011 para outorga de delegações de notas e de registro nos cartórios do estado. O resultado do certame foi objeto de cinco processos julgados na manhã de terça-feira (22/4) na 187ª Sessão Ordinária do CNJ.

A relatora dos processos,

conselheira Gisela Gondin, foi seguida por unanimidade em quatro dos seus cinco relatórios. No recurso administrativo apresentado pela candidata Norma Sônia Novaes Campos, no Procedimento de Controle Administrativo (PCA) nº 0005398-98.2013.2.00.0000, foram vencidos os conselheiros Guilherme Calmon, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci e Ana Maria Amarante.

Justiça determina que prefeitura cumpra a lei de acessibilidade

O juiz em atuação na 4ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos de Campo Grande, Alexandre Ito, julgou procedente a ação ajuizada pelo Ministério Público Estadual, determinando que o Município de Campo Grande cumpra a lei de acessibilidade vigente, para garantir e

facilitar o acesso nos edifícios abertos ao público às pessoas com deficiência. Além disso, o município terá que comprovar mensalmente por meio de relatórios disponibilizados no seu portal da internet, uma vistoria por dia útil, sob pena de multa mensal de 2.000 Uferms.

23 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministério ajuíza ação contra funcionário público por acúmulo de cargos

A 20.^a Promotoria de Justiça de Maringá, no Norte-Central do Estado, ajuizou ação civil pública contra dois servidores (um da ativa e outra aposentada) por ato de improbidade administrativa.

Segundo inquérito instalado pelo Ministério Público, o técnico em enfermagem trabalhava desde 1998 no Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com carga horária de 40h semanais. No entanto, em 2005, sem se desligar do hospital, e mediante a assinatura de um termo atestando não exercer função remunerada em órgão da Administração

Pública, ele foi admitido em outro cargo público, na 15.^a Regional de Saúde, também com 40h semanais.

O acúmulo dos cargos públicos era inviável pela incompatibilidade de horários exercidos nas duas funções, que fazia com que o técnico de enfermagem chegasse a trabalhar, pelos menos três vezes na semana, durante 34 horas seguidas. Além disso, a partir de 2010, ele passou a ocupar função comissionada de chefia na Regional de Saúde, indicado pela diretora em exercício, que, segundo as investigações, tinha conhecimento do acúmulo de cargos do funcionário.

23 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Conselho discutirá estratégia para a redução de fraudes

O objetivo do trabalho é auxiliar
para a futura implantação do SIRC

Em busca da redução de fraudes cometidas com documentos de identidade falsos ou adulterados, representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério da Previdência Social debaterão, nesta quarta-feira (23/4), formas de aumentar a segurança do registro civil de pessoas naturais.

Trata-se da primeira reunião do ano sobre a Ação 12 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que tem coordenação do CNJ e do MPS e colaboração de mais oito órgãos públicos, estando o INSS e a Receita Federal entre eles.

O objetivo do trabalho é auxiliar para a futura implantação do Sistema de Informações de Registro Civil (SIRC), além de sugerir outros meios que garantam a segurança dos registros e reduzam os crimes cometidos com falsificação ou adulteração de registros de nascimento.

De acordo com o Ministério da Previdência Social, em cerca das 86% das ações desenvolvidas pelas Forças-Tarefas Previdenciárias, nos últimos anos, constatou-

se a falsificação de documentos como meio de cometimento da fraude, índice considerado elevado pela pasta.

Segundo a conselheira Luiza Frischeisen, que coordena a reunião pelo CNJ, o objetivo desse primeiro encontro é apresentar o Sirc e iniciar as discussões sobre meios para aperfeiçoar a segurança do registro civil de pessoas naturais, inclusive tardio.

Sirc – Com o Sistema de Informações de Registro Civil, pretende-se concentrar em plataforma única as informações ao Poder Executivo sobre a expedição de certidões de nascimento, casamento e óbito.

“A ideia é que essas informações prestadas separadamente a diferentes órgãos sejam recebidas em um único sistema e encaminhadas para cada órgão público, de acordo com a sua competência legal para receber os dados”, afirmou o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Marcelo Tossi.

23 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Embargos de declaração devem ser sempre admitidos

Na jurisprudência dos tribunais superiores, prepondera a orientação de que não cabem embargos de declaração contra a decisão proferida pelo tribunal de origem, que não admite recurso extraordinário ou especial. Segundo esse modo de pensar, o único recurso cabível seria o agravo previsto no artigo 544 do Código de Processo Civil.[1]

Tenho defendido opinião diversa. Segundo penso, devem ser admitidos embargos de declaração contra quaisquer decisões judiciais. O fato de a lei processual prever o cabimento de outro recurso (como, no caso, o agravo referido no artigo 544 do CPC) não altera essa ordem de ideias.[2]

A mesma orientação jurisprudencial antes referida é no sentido de que, como os embargos de declaração não seriam cabíveis na hipótese, sua interposição não interromperia o prazo para a interposição do agravo.[3]

Recentemente, contudo, decidiu a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça que, “excepcionalmente, atribui-se esse efeito interruptivo quando, como evidenciado na espécie, a decisão é tão genérica que sequer permite a interposição do agravo”. [4]

Essa decisão interessantíssima, por várias razões.[5] Desejo destacar, contudo, no presente texto, apenas o seguinte aspecto: reconheceu-se, na mencionada decisão, que, caso existente obscuridade (artigo 535 do CPC), os embargos de declaração seriam cabíveis; logo, sua interposição interromperia o prazo para interposição do agravo previsto no artigo 544 do CPC.

Trata-se, sem dúvida, de orientação que destoa da observada pela jurisprudência antes praticamente pacífica do Superior Tribunal de Justiça. Resta saber se tal orientação passará a ser observada pelos demais órgãos do referido tribunal.

23 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

CNJ mantém compra de 90 carros para o TJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu ontem manter a compra de 90 automóveis feita pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) em 2011. A aquisição foi questionada por um procedimento interno da Justiça, que alega que não havia necessidade de aquisição dos veículos e pedia apuração sobre a possível má aplicação dos recursos públicos.

Segundo o CNJ, a compra foi mantida porque não foi demonstrada ocorrência de ilegalidade na aquisição dos veículos, que custaram, cada um deles, R\$ 50 mil. Apesar da manutenção compra, o conselho indicou ao TJ-PR análise do tamanho da frota e que o uso destes veículos seja feito apenas por desembargadores.

O julgamento que analisa o caso chegou a ser suspenso em maio de 2013, depois que o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, pediu vistas do processo. O tribunal alegou, na época da compra, que a frota antiga tinha mais de 10 anos de uso e demandava alto custo de manutenção, além de alegar que os carros aumentariam a segurança dos magistrados.

23 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Advogado segue impedido de atuar por pescadores

Oswaldo Eustáquio

A 4.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná decidiu manter a liminar que suspendeu a atuação do advogado Levi de Andrade em ações de pescadores que foram vítimas de dois acidentes ambientais de responsabilidade da Petrobras, em 2001. A decisão foi unânime, teve o voto de dois desembargadores que seguiram a relatora Regina Afonso Portes, que já havia decidido monocraticamente a questão em novembro de 2013.

Com a manutenção da liminar, o advogado Levi de Andrade permanece sem poder atuar nos processos dos pescadores. A ação foi movida pela Federação dos Pescadores do Paraná e pelas colônias de pescadores Z1 de Paranaguá, Z2 de Guaraqueçaba e Z8 de Antonina, representadas pelo escritório Bahr, Neves & Mello Advogados Associados, detentores de pelo menos 3 mil ações contra a estatal que já tem decisão parcialmente favorável aos pescadores. Com isso, o advogado continua impedido de juntar novas procurações aos autos e os alvarás ou saques nas contas judiciais ficam bloqueados até a decisão final da ação, que corre na Justiça de Antonina.

À *Gazeta do Povo*, Levi de Andrade disse que vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. “A decisão suspendeu e não cancelou os contratos, pois é a juíza de Antonina que julgará o mérito da questão”, disse. O advogado disse ainda que acredita que a justiça

mantenha a decisão dos próprios pescadores. “Os pescadores que decidiram vir comigo e já estão há nove meses fazendo isso por livre e espontânea vontade, porque estão insatisfeitos com seus antigos procuradores e reclamam que sofreram com descontos abusivos de parte do dinheiro que já saiu”, completa.

A reportagem da *Gazeta do Povo* tentou conversar com o advogado Fabiano Neves, do escritório Bahr, Neves & Mello Advogados Associados, mas ele informou que devido à denúncia que eles fizeram contra Levi de Andrade na OAB-PR, que corre em segredo, eles não podem se manifestar sobre o caso.

ACIDENTES

Saiba mais sobre os desastres ambientais que afetaram o trabalho dos pescadores do Litoral há 13 anos:

Poliduto Olapa

16 de fevereiro de 2001 –

Em decorrência de fortes chuvas, a barreira de proteção que cercava o Poliduto Olapa, da Petrobras, se rompeu, jogando nas baías de Antonina e Paranaguá 48,5 mil litros de óleo. Milhares de pescadores ficaram sem trabalho, gerando uma série de pedidos judiciais de indenização. A Petrobras alega que o acidente se deu em circunstâncias que fugiram à sua responsabilidade.

Navio Norma

18 de outubro de 2001 – O

navio Norma, da Petrobras, bateu em uma pedra na baía de Paranaguá e um dos tanques que transportava nafta foi atingido, provocando o vazamento de 392 mil litros do produto, um derivado do petróleo que é altamente inflamável. O técnico mergulhador Nereu Gouveia morreu enquanto avaliava os danos no casco do petroleiro. Ele foi vítima de edema pulmonar devido a uma intoxicação aguda por nafta.

CONTINUA

23 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTROLADO

Profissional nega ter utilizado templos para conseguir clientes

⊙ advogado Levi de Andrade contestou mais uma vez ontem, por e-mail, a informação de que ele teria utilizado cultos religiosos para cooptar clientes nas ilhas do Litoral do Paraná, conforme reportagem publicada na **Gazeta do Povo** nessa terça-feira. Ele diz que "isto nunca ocorreu e que todas as reuniões com pescadores ocorreram em associações de moradores e pescadores, ao ar livre, casa ou pátio de casa de pescadores, estabelecimentos comerciais e uma vez no ginásio de esportes de Guaraqueçaba, com aproximadamente 600 pescadores, atendendo convite da prefeita da cidade". Andrade rebateu também a informação da presidente da OAB-PR de Paranaguá, Dora Schuler, que disse que os pescadores pagariam honorários em duplicidade ao contratar os serviços dele. "Petitionamos na 2ª Vara Cível de Paranaguá requerendo que, [a] todos os pescadores que pagaram honorários adiantados para os advogados do escritório Bahr, Neves & Mello e outros, nós repassaríamos 100% do valor depositado, e quanto aos nossos honorários seriam discutidos e cobrados desses advogados", informou Andrade. (OE)

23 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Presos em delegacias serão tema de audiência

Raphael Marchiori

Insatisfeitos com a manutenção dos presos nas carceragens dos distritos policiais de Curitiba, representantes dos policiais civis do estado serão recebidos amanhã pelo poder judiciário para discutir o assunto. Segundo André Gutierrez, presidente do Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná, o encontro será com o juiz Hamilton Schwartz, da 3.ª Vara de Execuções Penais e um dos responsáveis pela portaria que havia proibido a manutenção de presos nos distritos. O documento é de 19 de março, dia em que o governo estadual publicou nota dizendo ter retirado todos os presos das delegacias de Curitiba. Além de Schwartz, Moacir Antonio Dala Costa e Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, juízes responsáveis pelas demais VEPs, também trabalharam na normativa.

A portaria, no entanto, perdeu o efeito menos de 15 dias após sua publicação porque seis suspeitos ficaram quase uma semana encarcerados em um caminhão parado em frente à uma delegacia, sob a alegação de falta de vagas. Sendo assim, Schwartz assinou uma 'contraportaria' revogando a primeira. "Nossa ideia é esvaziar os distritos, mas essa é uma medida paulatina", avaliou Fagundes Jr.

MINISTRA DECIDE DESTINO DE CPI

A ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber deixou para hoje a decisão sobre a CPI que investigará suspeitas envolvendo negócios da Petrobras. A oposição quer que seja instalada uma CPI exclusiva sobre a estatal, já os governistas pretendem incluir nas investigações o cartel das obras do metrô de São Paulo e a construção do Porto de Suape, em Pernambuco.

23 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Crescem os casos de desacato e desobediência

Ocorrências desse tipo aumentaram 24%, em média, em 2013 em relação ao ano anterior, segundo a Sesp-PR. Dado pode, segundo especialistas, ocultar casos de abuso de poder

Diego Ribeiro

▮ Duas pessoas foram autuadas a cada hora, em média, em 2013 no Paraná por desacato, desobediência e resistência à prisão. Estatísticas realizadas pela Secretaria de Segurança Pública (Sesp) a pedido da Gazeta do Povo revelam aumento de 24% dessas ocorrências em relação ao ano anterior. Os motivos, porém, vão além da falta de respeito à autoridade pública. O dado pode, ainda, revelar um subterfúgio usado pela polícia, responsável pela maioria das autuações, para ocultar abuso de poder.

Para o coordenador do Grupo de Estudos da Violência e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o sociólogo Pedro Bodê, há um claro exagero no uso do crime de desacato no momento das autuações. Na avaliação dele, os dados ainda apresentam sinal de cerceamento do direito de reclamar dos serviços públicos. "Acabam usando a lei para intimidar o cidadão", diz. Só o crime de desacato aumentou 19% em 2013.

Além de Bodê, o promotor de Justiça Fábio Guaragni observa que casos como falsas acusações de desacato são comuns e sempre ocorreu para tentar intimidar e acuar testemunhas. O sociólogo lembra ainda que toda repartição pública tem um lembrete sobre o crime de desacato. Essas placas, segundo ele, acabam funcionando como constrangimento ao cidadão.

Atraso

Para Bodê, o aumento dessas ocorrências é um resquício do autoritarismo militar. "Dentro desses casos, deve haver inúmeros que são apenas discussões, discordâncias, que terminam com autuações", avalia. Quando o assunto é resistência à prisão, Bodê pondera que esses casos são muitas vezes gerados pelo sentimento de injustiça. Em meio aos casos envolvendo suspeitos perigosos que acabam resistindo à ação policial, há outros que se sentem injustiçados na abordagem.

Com o maior efetivo entre as forças de segurança do estado, uma rotina estressante nas ruas e a tarefa de dirimir conflitos, a Polícia Militar é o principal alvo de desacato e desobediência.

Mesmo sem ter números concretos para comprovar a afirmação, o subcomandante ge-

ral da PM, coronel Péricles de Matos, acredita que os policiais militares são os que mais sofrem com essas ocorrências. Por outro lado, isso pode ser usado para maquiagem o abuso de autoridade.

Matos assegura, no entanto, que todo excesso tem sido coibido pela corregedoria da PM. Ele discorda da opinião do sociólogo e do promotor, e argumenta não ser possível usar esses casos para acobertar os excessos policiais. De acordo com ele, são tipificações diferentes e com características específicas. "Somos uma força que exerce certo controle social."

O coronel ressalta que, como a polícia trabalha para garantir que as leis sejam cumpridas, está sempre no foco dos problemas sociais. "Há muitos casos em que são bêbados, usuários de drogas e pessoas sob efeito de muita emoção", diz Matos, sobre os principais autores dos casos de desacato e desobediência.

Explicação

Para Matos, o aumento das ocorrências é reflexo do crescimento recente do efetivo, e os números representam muito pouco quando incluídos no total de ocorrências atendidas pela PM. Há entre 7 e 9 mil acionamentos da PM por dia em Curitiba. Em março deste ano, foram 34,4 mil ocorrências atendidas pela corporação entre as 240 mil ligações.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A cada hora, duas pessoas foram autuadas, em média, em 2013 no Paraná por desacato, desobediência e resistência à prisão.

PRINCIPAIS CRIMES	2012	2013	Varição
Desacato	6.211	7.380	19%
Desobediência	4.306	5.478	27%
Resistência à prisão	2.663	3.473	30%
Outros crimes			
Desobediência à decisão judicial	1.542	2.148	39%
Contrabando ou descaminho	1.058	1.393	32%
Fuga de presos	393	481	22%
Entrada de telefone na prisão	182	284	56%
Coação	107	144	35%
Corrupção ativa	104	135	30%
Denúncia caluniosa	76	100	32%
Falso testemunho ou falsa perícia	24	47	96%
Peculato	18	37	106%
Motim de presos	27	28	4%
Prevaricação	32	22	-31%
Corrupção passiva	19	21	11%
Arrebatamento de preso	13	9	-31%
Concussão	15	8	-47%
Deixar que preso acesse telefone	2	6	200%

Fonte: Sesp. Infografia: Gazeta do Povo.

REDES SOCIAIS

Ofensas na internet estão sujeitas a punições

Pelo interior do Paraná, o crime de desacato contra a PM tem ganhado espaço nas redes sociais. Em fevereiro, um jovem de 17 anos foi apreendido em Londrina após postar uma foto em que aparecia em cima do capô de uma viatura da Patrulha Escolar. O jovem fingiu "estar com uma arma nas mãos e "atirando" contra o veículo. O caso aconteceu no Conjunto União da Vitória, enquanto os policiais faziam uma palestra sobre prevenção da violência em uma escola do bairro. A fo-

to recebeu dezenas de "curtidas" e rapidamente a informação foi repassada à PM pela imprensa e pelos internautas. "Pessoas da comunidade nos enviavam informações 'inbox' para que o adolescente fosse encontrado. Imediatamente fizemos diligências e vinte minutos depois já o tínhamos apreendido. Foi um caso que gerou bastante indignação", relata o capitão Nelson Villa Júnior, porta-voz do 5.º Batalhão da PM no município.

O adolescente já tinha passagem por tráfico de drogas. O autor da foto, um jovem de 16 anos, também foi apreendido. Em Apucarana, a 50 km de Londrina, o desacato também ocorreu pela internet, mas após a apreensão de uma motocicleta, em novembro passado. O dono do veículo, um rapaz de 24 anos, postou

O coordenador do Centro de Estudos da Violência e Direitos Humanos da UFPR, Pedro Bodê, defende que as viaturas da PM tenham câmeras a bordo. O monitoramento serviria para proteger o policial de qualquer crime de desacato ou desobediência ou eventual falsa acusação. Além disso, também coibiria o excesso. "Faz parte da transparência da esfera pública. Se há resistência para que isso não aconteça, é porque há previsão de atos ilegais", comenta.

PROTESTOS

Nas manifestações de rua ocorridas ano passado em Curitiba ocorreram pouco menos de 100 detenções. De acordo com a própria Polícia Militar, não houve uma efetiva interferência nas estatísticas dos crimes como desacato, desobediência e resistência à prisão. Apesar disso, para o sociólogo Pedro Bodê as manifestações podem ter gerado um efeito cascata na sociedade, que teria gerado uma intolerância aos atos dos policiais.

reclamações e palavras ofensivas contra os policiais numa rede social. Ele estava com o licenciamento e o seguro obrigatório vencidos. "A dimensão que isso ganhou na internet foi muito grande. Um policial soube através de amigos e nos informou", comenta o relações públicas do 10.º BPM, sargento Daniel Rodrigo de Souza. Quando o rapaz foi retirar o veículo apreendido, recebeu voz de prisão. Ele assinou um termo circunstanciado e respondeu pelo crime de desacato em liberdade. O porta-voz da PM recorda que, em outra situação de apreensão de veículo relatada nas redes sociais, uma mulher escreveu comentários ofensivos sobre o assunto. Ela foi rastreada pelo serviço de inteligência e responde criminalmente pela ação.

23 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Justiça italiana deve abrir processo contra Pizzolato

BRASÍLIA E MÓDENA

Agência Estado

O Grupo Anti-Máfia da Justiça italiana suspeita do envolvimento do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado no processo do mensalão, em um esquema de lavagem de dinheiro comandado pelo ex-aliado de Silvio Berlusconi Valter Lavitola, e deve abrir um novo processo contra o brasileiro. Em depoimento a promotores italianos, Pizzolato confirmou que conhecia Lavitola, hoje preso em Nápoles por conta de um amplo esquema de corrupção.

Preso em Módena, Pizzolato recebeu no final do mês passado a visita de um promotor que colheu seu depoimento, depois que as autoridades italianas descobriram os indícios da relação com Lavitola. No depoimento, o brasileiro evitou entrar em detalhes e apenas confirmou que conhecia o italiano, que havia morado no Rio de Janeiro. A polícia italiana identificou ligações telefônicas e e-mails entre os dois suspeitos, no que aparenta ser um esquema de lavagem de dinheiro. No Brasil, Lavitola também manteve relações com doleiros.

Questionado pelo *O Estado de S. Paulo*, o advogado de Pizzolato em Modena, Lorenzo Bergami, se recusou a dar detalhes do caso. Ele indicou que, de fato, Pizzolato havia sido ouvido por um promotor. "Mas não sei o que falou. Ele estava sem advogado no momento."

Diante das informações colhidas, o promotor encarregado do caso em Nápoles, Vincenzo Piscitelli, vai agora realizar uma segunda rodada de investigações. Pizzolato deve ser ouvido uma vez mais. Mas o Ministério Público da Itália já indicou que as suspeitas são suficientes para abrir um caso contra o brasileiro justamente por lavagem de dinheiro.

As informações que ligam Pizzolato a Lavitola já estavam de posse da Justiça italiana antes mesmo da fuga do brasileiro. Mas seu nome apenas soou o alerta do Grupo Anti-Máfia depois da polêmica sobre sua saída do Brasil. O nome de Pizzolato apareceu quando o grupo passou a investigar o operador por conta de diversos escândalos financeiros de Berlusconi, principalmente no pagamento de propinas para o governo do Panamá.

23 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ACÇÃO E REACÇÃO

Os casos de mulheres que sofreram violência doméstica e denunciaram o fato logo após a primeira agressão aumentaram 20% no ano passado, em relação a 2012, que teve no total 88 mil registros. O balanço do Ligue 180, que recebe queixas, será divulgado nesta semana pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência. Em 81% dos relatos, o agressor tinha ou teve laços afetivos com a vítima.

ACÇÃO 2

O levantamento sinaliza também que “meter a colher” em briga de homem e mulher está mais comum: segundo a secretaria, cresceu o número de mães e vizinhos das vítimas que denunciam agressões.

MÔNICA BERGAMO

PONTEIROS

O Santander foi obrigado pela Justiça a registrar e pagar corretamente as horas extras dos funcionários. A decisão é do Tribunal Superior do Trabalho, que também impôs o pagamento de indenização de R\$ 500 mil por danos morais e determinou que o banco evite prorrogar a jornada de trabalho acima do limite legal. A condenação original ocorreu em Juiz de Fora (MG). Agora, a corte estendeu os efeitos dela ao país todo.

PONTEIROS 2

A investigação contra o banco, por irregularidades em jornadas e cartões de ponto, foi aberta em 1999. Em nota, o Santander diz que, após a publicação do acórdão, vai avaliar se entra com recurso. “Vale ressaltar que a ação foi ajuizada originalmente contra o banco Banespa, com base em fiscalização ocorrida em 1998, período anterior à compra feita pelo Santander”, declara.

PAINEL

Transferência Na véspera de ser preso, Youssef entregou a um auxiliar uma mala com dinheiro, com medo de ser assaltado. Interceptações telefônicas da Operação Lava Jato revelam que ele achava que estava sendo monitorado — mas por ladrões, e não pela Polícia Federal.

23 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Ministério Público arquiva apuração contra procurador

Pedido de cooperação jurídica da Suíça no caso Alstom ficou parado por quase 3 anos com Rodrigo de Grandis

**Corregedor-geral
deverá recomendar
medidas para evitar
novos atrasos em casos
de cooperação jurídica**

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

A Corregedoria do Ministério Público Federal decidiu arquivar a investigação sobre o fato de um pedido de cooperação jurídica da Suíça no caso Alstom ter ficado parado por quase três anos no gabinete do procurador da República Rodrigo de Grandis.

O corregedor-geral da instituição, Hindemburgo Chateaubriand, afirmou que vai seguir o relatório da comissão formada para avaliar o caso e encerrará a apuração.

Hindemburgo disse que o relatório aponta que não houve falta funcional do procurador e as autoridades da Suíça informaram que o engavetamento do pedido por dois anos e oito meses não causou prejuízos para a investigação naquele país.

A corregedoria deverá recomendar medidas para evitar novos atrasos em requerimentos de cooperação jurídica de outros países, de acordo com Hindemburgo.

O caso ainda está sob apuração do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), órgão de controle externo da atividade de promotores e procuradores do país.

As investigações relativas a Grandis foram iniciadas após a **Folha** ter revelado em outubro que autoridades suíças informaram a colegas brasileiros que haviam desistido de contar com a ajuda de Grandis no pedido de diligências contra suspeitos do caso Alstom.

Em fevereiro de 2011, o Ministério Público da Suíça pediu que a Procuradoria brasileira interrogasse quatro suspeitos do inquérito, analisasse sua movimentação financeira no país e fizesse buscas na casa de João Roberto Zaniboni, que foi diretor da estatal CPTM entre 1999 e 2003, nos governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin, do PSDB.

Na ocasião, as autoridades suíças pediram os interrogatórios dos consultores Arthur Teixeira, Sérgio Teixeira e José Amaro Pinto Ramos.

Procurado pela reportagem no final de outubro do ano passado, Grandis disse que seu gabinete cometeu uma "falha administrativa": o pedido da Suíça havia sido arquivado numa pasta errada e por isso não teve anda-

mento algum.

Depois, a **Folha** também informou que o Ministério da Justiça cobrou pelo menos três vezes, por meio de ofícios, que Grandis respondesse ao pedido da Suíça. O procurador também foi alertado verbalmente e via e-mail por promotores estaduais.

Após a publicação das reportagens, o Ministério Público Federal e o CNMP abriram investigações sobre a conduta de Grandis. Em seguida, a Procuradoria-Geral da República anunciou que retomaria o pedido de investigações feito pela Suíça.

Mantido no caso Alstom, em fevereiro Grandis ofereceu denúncia contra 12 pessoas pelo envolvimento no suposto esquema de pagamento de propinas em contratos de compra de equipamentos para subestações de energia da Eletropaulo e da EPTE (Empresa Paulista de Transmissão de Energia) em 1998, no governo Covas.

Zaniboni e Teixeira já foram indiciados pela Polícia Federal em outro inquérito relativo ao cartel de trens que atuou em São Paulo de 1998 a 2008.

Grandis disse ontem que ainda não teve acesso ao relatório da corregedoria e por isso não iria se manifestar.

23 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Pizzolato depõe em inquérito sobre lobista ligado a Berlusconi

Empresário responde na Justiça italiana à acusação de corrupção

GRACILIANO ROCHA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PARIS

Preso na Itália, o ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato foi ouvido por um procurador da República de Nápoles em inquérito que investiga as atividades de Valter Lavitola, lobista próximo do ex-premiê Silvio Berlusconi, que está preso.

O depoimento foi colhido no final de março pelo procurador Vincenzo Piscitelli na penitenciária de Sant'Anna, em Módena, no norte da Itália, onde o petista está preso desde fevereiro aguardando o julgamento de um pedido de extradição feito pelo Brasil, como noticiou ontem o jornal "O Estado de S. Paulo".

Pizzolato foi condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) a uma pena de 12 anos e 7 meses de prisão.

Um dos chefes da Interpol na Itália, coronel Francesco Fallica, confirmou que o brasileiro foi ouvido e deve vol-

tar a depor nas próximas semanas. Fallica, contudo, não detalhou o teor do depoimento nem a ligação de Pizzolato com o operador italiano.

O procurador Piscitelli, que ouviu Pizzolato no fim do mês passado, chefiava as investigações sobre o lobista Valter Lavitola.

o contrário de Pizzolato, que é praticamente desconhecido entre o público na Itália, Lavitola figura como uma espécie de celebridade no noticiário de escândalos políticos do país.

Ex-proprietário do jornal *Avanti* e conselheiro da *Finmeccanica*, o mais importante grupo de alta tecnologia da Itália, o empresário é réu em uma ação na Justiça italiana em que responde à acusação de corrupção.

Lavitola e um outro diretor da *Finmeccanica* teriam prometido transferir € 18 milhões (cerca de R\$ 55 milhões) para autoridades do Panamá em troca da assinatura de contratos de € 180 milhões

com a empresa em 2010.

A ligação de Lavitola com Berlusconi é antiga. O lobista também é suspeito de ter intermediado encontros do político com prostitutas e, mais tarde, teria tentado extorquir o ex-premiê, um dos homens mais ricos da Itália.

Já o vínculo entre Lavitola e Pizzolato é incerto. A *Folha* apurou que não existe, entre documentos e recibos de transferências bancárias apreendidas durante a prisão de Pizzolato, nenhuma menção ao operador italiano.

Nos últimos anos, Lavitola viajou com frequência ao Brasil, chegando a ser sócio de uma empresa de importação e exportação de peixes no litoral norte do Rio de Janeiro.

OUTRO LADO

A *Folha* não conseguiu contato com Piscitelli nem com o advogado de Lavitola, procurados ontem pela reportagem. O defensor de Pizzolato informou que não concederia entrevista.

23 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO Servidores do Estado terão bens fiscalizados

Ministério Público de Contas usará análise de dados que descobriu a máfia do ISS

Bruno Ribeiro

Juízes, deputados estaduais, delegados de polícia, promotores de Justiça, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, vereadores, prefeitos e até o governador Geraldo Alckmin (PSDB) terão seu patrimônio analisado com a mesma metodologia que descobriu a máfia do ISS.

O Ministério Público de Contas do Estado (MPC) assinou ontem um acordo com a Prefeitura de São Paulo que prevê a transferência de tecnologia do sistema que analisa os bens de servidores e pretende aplicá-lo em todo o Estado para combater a corrupção.

O MPC é um órgão que atua no Tribunal de Contas do Estado (TCE), responsável por emitir pareceres e abrir processos para analisar todas as contas públicas. É um órgão de controle externo, que fiscaliza os órgãos de controle interno de todo o serviço público. Das 644 cidades do Estado, apenas a capital não é submetida ao TCE – a cidade tem o Tribunal de Contas do Município (TCM). Ao MPC, cabe também fiscalizar o governo do Estado, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça.

Como o MPC não tem poder para exigir que todos esses órgãos adotem a declaração eletrônica de bens usada em São Paulo, no primeiro momento,

os promotores vão usar a metodologia de análise de dados desenvolvida na Controladoria-Geral do Município (CGM).

“Há grupos de risco, setores da administração mais sensíveis a casos de corrupção e formas de identificá-los que se mostraram eficientes. Ou seja, há maneiras de analisar dados, mesmo que sejam em formulários de papel, que permitem descobrir irregularidades”, explica o controlador do Município, Mário Vinícius Spinelli.

Mas, segundo o procurador-geral do MPC, Celso Augusto Matuck Feres Júnior, a proposta é implementar a declaração eletrônica gradualmente. “Não é preciso haver preocupação com a quebra de sigilo fiscal por parte dos servidores. As informações solicitadas são objetivas, sobre bens e direitos”, garante o procurador.

Clareza. Uma preocupação é criar critérios claros de análise para blindar o MPC de acusações de uso político – como fiscalizar mais políticos de determinado partido, por exemplo. Em seguida, à medida que casos de corrupção sejam descobertos, a ideia é criar um “constrangimento formal” nos órgãos para convencer os gestores a usar formulário de declaração eletrônica.

“A Lei 8.730, de 1993, já prevê a declaração de bens de todos os servidores públicos aos órgãos

de controle. Mas isso não ocorre. Além disso, quando a declaração é feita, os dados não são analisados”, diz a procuradora Eli da Graziane Pinto. Um dos motivos para a análise não ocorrer é a quantidade de serviço. Há nove procuradores no MPC para auditar 70 mil prestações de contas por ano. No caso do ISS, para comparar, o esquema foi descoberto por três pessoas.

CONTINUA

23 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

COMO SERÁ A ANÁLISE

● **Análise**

O Ministério Público de Contas vai receber a declaração de bens dos agentes públicos e fazer comparações com a renda e atividade desenvolvida pelo agente, para tentar identificar possíveis casos de corrupção.

● **Investigação**

Com a suspeita, os procuradores tentarão confirmar se houve enriquecimento ilícito.

● **Comunicação**

Feitas as confirmações necessárias, o MPC notificará o setor de controle interno do órgão onde o agente trabalha (por exemplo, a Corregedoria), para que as medidas sejam tomadas.

● **Ação**

Caso a notificação não dê resultado, o MPC recomendará a não aprovação das contas do órgão onde o agente trabalha ao Tribunal de Contas do Estado.

● **Responsabilização**

Além de reprovar as contas do órgão, o MPC repassará o caso para o Ministério Público Estadual, que abrirá inquérito civil por improbidade administrativa contra o agente público que praticou a corrupção e contra quem não o investigou e, dependendo do caso, inquérito criminal para apurar o caso de corrupção.

23 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Ministra do Supremo decide hoje destino de CPI da Petrobrás

● A ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber deixou para hoje a decisão sobre a CPI que investigará suspeitas envolvendo negócios da Petrobrás. Ontem, ao chegar à sessão do tribunal, a ministra disse que já analisara os mandados de segurança de governistas e oposicionistas, mas não indicou qual seria sua decisão. Afirmou apenas que já tinha uma ideia de como julgaria os pedidos.

A oposição quer que seja instalada uma CPI exclusiva para investigar as suspeitas de irregularidades na estatal. Governistas pretendem criar uma comissão que investigue, além das denúncias sobre a Petrobrás, o cartel nas obras do metrô de São Paulo e a construção do Porto de Suape e da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, que atingiriam governos ligados aos oposicionistas Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB).

Rosa Weber pode negar a liminar e levar o caso a plenário para uma decisão colegiada. /

FELIPE RECONDO

SÔNIA RACY

Caso Bernardo

Glória Perez aderiu à campanha que pressiona o Congresso pela aprovação da “Lei Bernardo”. A ideia, divulgada no Facebook, pretende dar mais poder de intervenção aos juízes quando houver indícios de abandono de crianças, maus tratos ou agressão por parte de um dos pais.

Caso Bernardo 2

Assim como no episódio Isabella Nardoni, a escritora tem usado o Twitter para chamar atenção sobre o crime.

Vale lembrar: Glória encabeçou a bem-sucedida campanha para incluir homicídio qualificado na Lei dos Crimes Hediondos.